

PET no RECURSO ESPECIAL nº 1470859 - PR (2014/0189389-0)

RELATOR : MIN. ANTONIO CARLOS FERREIRA

REQUERENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) -
PR024498
: CARLOS ALBERTO NEPOMUCENO FILHO - PR029774
REQUERIDO : JAIR CARNEIRO
REQUERIDO : ISABEL QUADROS NIELSEN
REQUERIDO : SHIRLEY THEREZA RICETTI ALVES
REQUERIDO : ROSNEY RICETTI
REQUERIDO : RUBEM RICETTI
REQUERIDO : RONILDA COGO
REQUERIDO : LUIZ MORETTI
REQUERIDO : ANTONIO MARIA RODRIGUEZ RIVAS
REQUERIDO : FRANCISCO WENUCKA
REQUERIDO : MARLI BRESSANI
REQUERIDO : CARLA MARIA PRANDEL DOS SANTOS
REQUERIDO : MATILDE DE PAULA
REQUERIDO : RUI FURQUIM DE CAMARGO
ADVOGADOS : RODRIGO DE MORAIS SOARES - PR034146
: EDINA MARIA S MACHADO

DECISÃO

BANCO ITAÚ S.A. pede reconsideração do despacho que determinou a devolução dos autos ao TJPR, facultando-se às partes realizar o acordo coletivo homologado pelo STF, pois a controvérsia tem origem em ação versando sobre diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança decorrentes da implementação de planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II).

Argumenta que "somente os cumprimentos de sentença não alcançados pela prescrição foram objeto do acordo formulado na Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 165" (e-STJ fl. 1.405).

É o relatório.

Decido.

Como visto, a insurgência recursal tem origem em ação versando sobre diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança.

Essa questão foi objeto de acordo coletivo homologado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 165, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJ n. 45 do dia 9/3/2018.

Nesse contexto, a SEGUNDA SEÇÃO do STJ, no dia 14/3/2018, em Questão de Ordem, decidiu que processos novos sobre o tema seriam devolvidos à origem, devendo aguardar 24 (vinte e quatro) meses para possível adesão ao acordo. Na seção do dia 22/8/2018, deliberou-se pela continuidade dos feitos que envolvam expurgos inflacionários em caderneta de poupança, em fase de execução de sentença, quando o litigante manifestasse desinteresse na autocomposição.

Ocorre que o em. Ministro GILMAR MENDES, relator no STF do RE n. 632.212/SP, ao qual se atribuiu repercussão geral (Tema 285), no dia 6/11/2018, proferiu a seguinte decisão:

Trata-se da Petição n. 75530/2018 apresentada pelo Banco do Brasil e pela Advocacia-Geral da União.

Os requerentes aduzem que, não obstante a homologação do acordo coletivo nos presentes autos, o Banco do Brasil vem suportando o prosseguimento de milhares de execuções deflagradas para a cobrança dos expurgos inflacionários dos planos sub judice, sobretudo as execuções individuais das sentenças civis públicas proferidas nas ações ajuizadas pelo IDEC em face do Banco Nossa Caixa, incorporado pelo Banco do Brasil e do próprio Banco do Brasil.

Afirmam que o prosseguimento das liquidações e cumprimentos das sentenças tem desestimulado a adesão dos poupadores, refletindo o insignificante número de adesões pelos clientes do Banco do Brasil, o que prejudica o objetivo maior do acordo, que é garantir o direito dos particulares e facilitar o pagamento da dívida pelas instituições, mantendo a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Por fim requerem a suspensão de todas as liquidações e execuções que postulam o recebimento dos expurgos inflacionários decorrentes do Plano "Collor II", incidentes sobre as cadernetas de poupança - objeto do presente Recurso Extraordinário -, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da decisão homologatória proferida em 5.2.2018.

Decido.

Conforme relatado, homologuei o acordo coletivo apresentado nos presentes autos, que visa solucionar as inúmeras controvérsias relativas a diferenças de correção monetária em depósitos de poupança, decorrentes da implementação de vários planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).

Na ocasião, determinei o sobrestamento do presente feito, por 24 (vinte e quatro) meses, de modo a possibilitar que os interessados, querendo, manifestem adesão à proposta nas respectivas ações, perante os juízos de origem competentes, com o intuito de uniformizar os provimentos judiciais sobre a matéria e privilegiar a autocomposição dos conflitos sociais.

Ocorre que, mesmo após a citada determinação, os órgãos judicantes de origem tem dado prosseguimento às liquidações e execuções das decisões sobre a matéria, o que tem prejudicado a adesão ou ao menos o livre convencimento dos particulares sobre o acordo em questão.

Destaque-se, como já ressaltado, que o acordo tem como objetivo maior garantir o equilíbrio do Sistema Financeiro Nacional, tendo em vista o imenso número de ações a respeito do tema, bem como resguardar o interesse dos particulares envolvidos ao recebimento célere dos valores devidos.

Nesses termos, entendo necessária a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados.

À Secretaria Judiciária para as providências cabíveis, sobretudo à cientificação da Presidência dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça, para que adotem as medidas necessárias ao cumprimento da determinação.

A determinação foi expressa acerca do sobrestamento de todos os feitos, individuais ou coletivos, que envolvam diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes da implementação de planos econômicos.

É pertinente anotar que, nos autos dos REs n. 626.307 e 591.797, o Plenário do STF reconheceu a existência de repercussão geral na matéria concernente a diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança não bloqueados pelo Bacen, por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos econômicos.

Daí porque a SEGUNDA SEÇÃO desta Corte, no dia 28/11/2018, em Questão de Ordem, considerando a disciplina dos arts. 1.039, 1.040 e 1.041 do CPC/2015, firmou a orientação de que esses processos devem ser devolvidos à origem para que, após o julgamento do paradigma, seja realizada a superveniente admissibilidade do recurso especial.

Observa-se, em suma, que o despacho de fls. 1.358/1.359 (e-STJ) está em conformidade com as providências determinadas pela SEGUNDA SEÇÃO desta Corte, nas questões de ordem suscitadas nos REsp's n. 1.610.789/MT e 1.361.869/SP, quais sejam:

(i) suspender todos os processos, individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento, seja na de execução, que versem sobre cobrança de diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, pelo prazo de 24 meses a contar de 5/2/2018, aguardando ainda o julgamento dos Recursos Extraordinários n. 632.212, 631.363, 626.307 e 591.797, com repercussão geral perante o STF,

(ii) encaminhar às instâncias de origem todos os processos relacionados à matéria que estejam nesta Corte, independentemente de a questão constituir tema de fundo do recurso especial ou de a parte ter manifestado desinteresse no acordo.

Ante o exposto, mantenho determinação de encaminhamento dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte, facultando-se às partes realizar o acordo coletivo homologado pelo STF, no prazo definido pela decisão proferida no RE n. 632.212/SP.

Não havendo autocomposição, publicado o acórdão do recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c.c. o § 2º do art. 1.041, do CPC/2015, deverá ser adotada uma das seguintes providências: (a) no caso de a decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial, ou ordenado seu envio a esta Corte Superior para análise das questões não prejudicadas, (b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial, ou, tal como no item anterior, ordene-se seu envio a esta Corte Superior para análise das questões não prejudicadas, ou, (c) finalmente, se porventura mantido o acórdão divergente, remeta-se o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 04 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator